



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2025

(nº 558/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 558

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de maio de 2025.

Brasília, 7 de Maio de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

2. A atual ocupante do cargo, **CLÁUDIA FONSECA BUZZI**, será removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 667/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 19/05/2025, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6702336** e o código CRC **2FA818FA** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES

CPF: [REDACTED]

ID: [REDACTED]

1957 Filha de [REDACTED]s, nasce em [REDACTED] (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1981 Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1983 Bacharelado em História pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1985 CPCD - IRBr
1994 CAD - IRBr
2006 CAE - IRBr, "A Política externa do Governo Lagos: a reinserção chilena na América do Sul e as relações com o Brasil"
2006 Mestrado em Ciência Política pela Universidad Andrés Bello, Instituto de Estudios Políticos, Santiago, Chile - conceito: *summa cum laude*.

Cargos:

1986 Terceira-Secretária
1991 Segunda-Secretária
1998 Primeira-Secretária, por merecimento
2004 Conselheira, por merecimento
2009 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2016 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1987-90 Departamento de Administração, assessora
1990-91 Divisão Especial do Meio Ambiente, assessora
1991-94 Consulado-Geral em Vancouver, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunta
1994-97 Embaixada em Caracas, Segunda-Secretária
1997-99 Divisão da Europa II, Chefe, substituta
1999-2000 Secretaria-Geral, assessora
2000-04 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Primeira-Secretária
2004-07 Embaixada em Santiago, Primeira-Secretária e Conselheira
2007-09 Embaixada em Wellington, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada, e Encarregada de Negócios, a.i.
2009-15 Delegação Permanente em Genebra, Ministra-Conselheira
2015-16 Divisão de Paz e Segurança Internacional, Chefe
2016-18 Departamento de Organismos Internacionais, Diretora

2018-22 Delegação Permanente junto às Nações Unidas e organismos especializados em Genebra, Representante Permanente Alternativa

2022-23 Embaixada em Estocolmo, Suécia, cumulativa com a Letônia. Embaixadora, chefe do Posto.

2023- Secretaria de Europa e América do Norte (SEAN), Secretária.

Condecorações:

1998 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Cavaleiro
1999 Ordem de Danneborg, Dinamarca, Cavalheiro 1ª classe
2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2000 Ordem Nacional "Pentru Merit", Romênia, Comendador
2001 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2013 Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (TST), Grande Oficial
2017 Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2017 Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2017 Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2018

2022 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

2025 Ordine Al Merito dela Republica Italiana - Grande Ufficiale

Publicações:

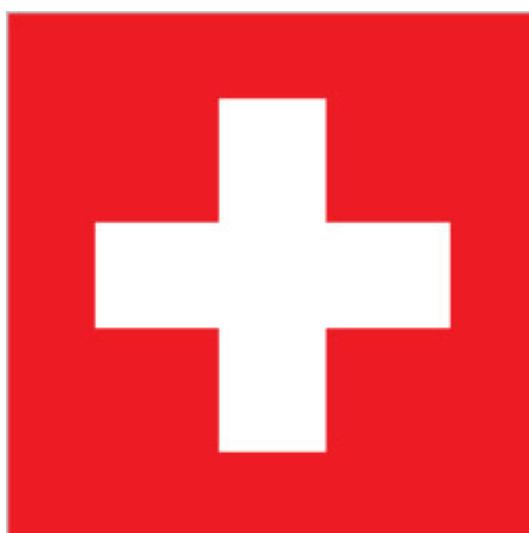
2015 "O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos" - FUNAG, 2015 (co-organizadora)
 "O Brasil e a Minustah - os três "Ds" da cooperação brasileira para o Haiti: diplomacia, desenvolvimento e
2017 defesa" - revista Doutrina Militar Terrestre - out-dez 2017 - edição temática: "O Brasil no Haiti, um caso de
 sucesso (2004-2017)".
2017 "O Brasil e a Proteção Internacional dos Refugiados"- revista Interesse Nacional, 2017



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de Europa
Divisão de Europa Central e Oriental
Embaixada em Berna

SUÍÇA

Ficha-País



Abril – 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Confederação Suíça
GENTÍLICO	Suíço
CAPITAL:	Berna
ÁREA:	41.285 km ²
POPULAÇÃO:	8,96 milhões de habitantes (fonte: World Economic Outlook – 2024)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, 63,7%; francês, 20,4%; italiano, 6,5%; e romanche, 0,7%
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos, 41,8%; protestantes, 35,3%; nenhuma, 11,1%; muçulmanos, 4,3%
SISTEMA POLÍTICO	Federação
CHEFE DE GOVERNO	Conselho Federal, colegiado composto por 7 membros
CHEFE DE ESTADO	Karin Keller-Sutter (mandato: 2025)
LEGISLATIVO	Bicameral: Conselho dos Estados ("Conseil des États") e Conselho Nacional ("Conseil National")
CHANCELER	Ignazio Cassis (desde nov/2017)
PIB nominal	US\$ 936,74 bilhões (fonte: World Economic Outlook – 2024)
PIB PPP	US\$ 850,83 bilhões (fonte: World Economic Outlook – 2024)
PIB nominal <i>per capita</i>	US\$ 104,52 mil (fonte: World Economic Outlook – 2024)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 94,94 mil (fonte: World Economic Outlook – 2024)
VARIAÇÃO DO PIB	0,9% (2024); 1,2% (2023); 3,0% (2022); 5,6% (2021); -2,1% (2020); 1,1% (2019); 2,9% (2018); 1,4% (2017)
IDH	0,967 (1ª posição - 2022/2024)
EXPECTATIVA DE VIDA	85,8 anos para mulheres e 82,2 anos para homens (2023)
ALFABETIZAÇÃO	n/d
INFLAÇÃO ANUALIZADA	0,3% (fonte: Office Fédéral de la Statistique – mar/2025)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,9% (fonte: Office Fédéral de la Statistique – mar/2025)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADORA EM BERNA	Cláudia Fonseca Buzzi (desde mar/22)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Pietro Lazzeri (desde jul/21)
BRASILEIROS NO PAÍS	80.000 (est.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ bilhões (MDIC)

Brasil → Suíça	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 Jan-Mar
Intercâmbio	3,5	2,7	3,0	3,8	3,25	4,26	3,64	4,12	4,41	1,03
Exportações	1,6	0,7	0,8	1,2	1,35	2,03	1,18	1,37	1,32	0,37
Importações	1,8	1,9	2,2	2,6	1,9	2,23	2,46	2,75	3,09	0,66
Saldo	- 0,2	- 1,1	- 1,4	- 1,4	- 0,54	-0,20	-1,28	-1,38	-1,77	-0,29

PERFIS BIOGRÁFICOS DOS 7 MEMBROS DO CONSELHO FEDERAL
ELEITOS PARA MANDATOS DE 4 ANOS. A PRESIDÊNCIA É EXERCIDA POR UM DOS 7
EM ALTERNÂNCIA ANUAL. CADA UM DOS 7 CONSELHEIROS EXERCE A CHEFIA DE
UM DEPARTAMENTO.



KARIN KELLER-SUTTER
PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA
CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE FINANÇAS (DFF)

Karin Keller-Sutter (Partido Liberal Radical - PLR), 60 anos, nasceu no cantão de St. Gallen. Frequentou escola em Wil e Neuchâtel, formando-se como tradutora/intérprete. De 1989 a 2000, trabalhou como tradutora *freelance* e como professora em escola profissionalizante. Keller-Sutter iniciou sua carreira política em 1992 como vereadora municipal em Wil. Em 1996, foi eleita para o Parlamento cantonal e, em 2011, para o Conselho dos Estados, como representante do cantão de St. Gallen - órgão que presidiu no biênio 2017-2018. Em 2018, foi eleita para o Conselho Federal e chefiou o Departamento Federal de Justiça e Polícia até o final de 2022, assumindo a chefia do DFF em 2023. Eleita em dezembro de 2024 pela Assembleia Federal, assumiu a presidência rotativa da Confederação Suíça em 1º de janeiro, para mandato ao longo do ano de 2025.



GUY PARMELIN
VICE-PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA
CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE ECONOMIA,
EDUCAÇÃO E PESQUISA (DEFR)

Guy Parmelin (União Democrática do Centro - UDC), 64 anos, nasceu em Bursins, no cantão da Vaud. Formou-se em Agricultura e Viticultura em 1985. Iniciou a carreira política como presidente da comuna de Bursins, entre 1993 e 1999. Foi membro do parlamento cantonal de Vaud, entre 1994 e 2003. Entre 2000 e 2004, foi presidente cantonal de seu partido. Em dezembro de 2015, foi eleito para o Conselho Federal, assumindo o

Departamento Federal da Defesa, da Proteção da População e dos Esportes (DDPS). Em dezembro de 2018, passou a chefiar o DEFR. Exerceu a presidência rotativa da Confederação em 2021. Ocupa a função de Vice-Presidente da Confederação no ano de 2025.



IGNAZIO CASSIS
CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE ASSUNTOS ESTRANGEIROS (DFAE)

Ignazio Cassis (Partido Liberal Radical - PLR), 62 anos, nasceu em Malcantone, no cantão de Ticino. Formou-se em medicina humana na Universidade de Zurique, em 1988. Especializou-se em medicina interna e em prevenção e saúde pública. Obteve mestrado em saúde pública, pela Universidade de Genebra, em 1996. Iniciou a carreira política em 2004, com eleição para a câmara legislativa do município de Collina d'Oro, no cantão de Ticino. Foi presidente do grupo parlamentar do Partido Liberal Radical. Entre 2007 e 2017, ocupou assento no Conselho Nacional (câmara baixa do Parlamento). Foi eleito membro do Conselho Federal em setembro de 2017 e assumiu o DFAE em 1º de novembro de 2017. Exerceu a Presidência rotativa da Confederação em 2022.



ALBERT RÖSTI
CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE MEIO AMBIENTE, TRANSPORTES,
ENERGIA E COMUNICAÇÃO (DETEC)

Albert Rösti (União Democrática do Centro - UDC), 56 anos, nasceu em Kandersteg, cantão de Berna. Após o ensino médio em Thun, estudou agronomia no Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique, obtendo o título de doutor em 1997. Em 2001 e 2002, estudou na Universidade de Rochester, nos EUA, onde obteve o título de Mestre em Administração de Empresas. Desenvolveu carreira profissional como professor de agricultura, secretário-geral do departamento de economia do Cantão de Berna e diretor da *Swiss Milk Producers*. Também atuou nos conselhos de administração de várias organizações. Rösti iniciou sua carreira política em 2008 no Executivo do município de Uetendorf (cantão de Berna), que presidiu a partir de 2014. Eleito para o Conselho Nacional em 2011, foi presidente da UDC de 2016 a 2020. Em dezembro de 2022, foi eleito para o Conselho Federal, assumindo a chefia do DETEC em janeiro de 2023.



ELISABETH BAUME-SCHNEIDER
CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DO INTERIOR (DFI)

Elisabeth Baume-Schneider (Partido Socialista - PS), 60 anos, nasceu em Les Bois, cantão de Jura. Estudou ciências econômicas e sociais e ciências políticas na Universidade de Neuchâtel. Baume-Schneider trabalhou na área social e dirigiu a Universidade de Serviço Social e Saúde de Lausanne. Na carreira política, ocupou assento no parlamento cantonal de 1995 a 2002 e presidiu-o em 2000. Após sua eleição para o governo cantonal em 2003, liderou o departamento de educação, cultura e esportes até 2015 e presidiu o governo de Jura em 2006, 2008 e 2012. Em 2019, foi eleita, pelo cantão de Jura, ao Conselho de Estados e, em dezembro de 2022, ao Conselho Federal, passando a chefiar o Departamento Federal de Justiça e Polícia. Em janeiro de 2024, assumiu a chefia do DFI.



BEAT JEANS
CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA E POLÍCIA (DFJP)

Beat Jans (Partido Socialista - PS), 59 anos, nasceu no cantão de Basel-Stadt. É formado em Ciências Ambientais pelo Instituto Federal Suíço de Tecnologia (ETH) de Zurique. De 2000 a 2010, foi membro do conselho da “Pro Natura” (fundada em 1909 em Basel-Stadt como “Swiss League for the Protection of Nature”, é a ONG ambiental mais antiga da Suíça). Foi deputado em Basel-Stadt entre 2001 e 2011, antes de se tornar membro do Conselho Nacional, em 2010, sendo reeleito em 2011, 2015 e 2019. Entre 2015 e 2020, foi vice-presidente do PS. Em dezembro de 2023, foi eleito para o Conselho Federal, assumindo a chefia do DFJP em janeiro de 2024.



MARTIN PFISTER
CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE DEFESA, PROTEÇÃO CIVIL
E ESPORTES (DDPS)

Martin Pfister (Aliança do Centro - AdC), 61 anos, nasceu em Zug, no cantão de Zug. Formou-se como professor primário no Seminário de Professores St. Michael em Zug e, posteriormente, estudou história e germanística na Universidade de Friburgo, concluindo com licenciatura. Pfister iniciou sua carreira política em 2003 como membro da Comissão de Tutela e Assistência Social do município de Baar. Em 2006, foi eleito para o Conselho Cantonal (parlamento) de Zug, onde serviu até 2016 e exerceu funções como a de líder da bancada do então Partido Democrata Cristão (CVP) e a de presidente do partido no cantão. Em 2016, foi eleito para o Conselho Executivo de Zug, assumindo a Direção de Saúde, cargo que ocupou até sua eleição para o Conselho Federal, em março de 2025. Em 1º de abril de 2025, assumiu a chefia do DDPS, sucedendo Viola Amherd (AdC). Martin Pfister é casado com a cidadã brasileira Cacilda Giacometti Pfister, com quem tem quatro filhos adultos.

APRESENTAÇÃO

A Suíça, oficialmente Confederação Suíça, é uma república federal na Europa, composta por 26 cantões. A cidade de Berna é a sede do Executivo e do Parlamento. O país está situado na Europa Ocidental-Central e faz fronteira com a Itália ao sul, França a oeste, Alemanha ao norte e Áustria e Liechtenstein a leste. A Suíça é país sem litoral, geograficamente dividido entre os Alpes – que ocupam a maior parte do território –, a Cordilheira do Jura e o Planalto Suíço, onde se concentra a população e se localizam as principais cidades, entre as quais dois importantes centros globais: Zurique e Genebra.

A Confederação Suíça foi fundada em 1291 como aliança defensiva entre os cantões de Uri, Schwyz e Unterwalden. A união desses três cantões foi denominada *Waldstätte* e permaneceu sob o Sacro Império Romano-Germânico. A eles viriam a juntar-se, paulatinamente, outros cantões. O país garantiu sua autonomia no Sacro Império em 1499. Sua independência do Sacro Império foi formalmente reconhecida na Paz da Vestefália, em 1648.

A Suíça tem história de neutralidade armada desde a Reforma Protestante e não participou de nenhum conflito armado desde 1815. É o berço da Cruz Vermelha e abriga inúmeras organizações internacionais, entre as quais o segundo maior escritório das Nações Unidas, bem como a OMC, a OMPI e a UIT, além de outras agências internacionais. É membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA - juntamente com Noruega, Islândia e Liechtenstein), porém não faz parte da União Europeia nem do Espaço Econômico Europeu UE-EFTA. Participa do Espaço Schengen e do mercado único europeu por meio de tratados bilaterais. Integra também a Convenção de Dublin, que regula o sistema europeu de refúgio. Como corolário da política de neutralidade, o país se tornou membro das Nações Unidas somente em 2002.

Abrangendo a intersecção da Europa germânica e românica, a Suíça compreende quatro regiões linguísticas e culturais: alemã (majoritária), francesa, italiana e romanche (língua reto-românica). A identidade nacional suíça está enraizada em fundo histórico comum, em valores compartilhados – como o federalismo e a democracia direta – e no simbolismo alpino.

A Suíça é um dos países mais desenvolvidos do mundo, com elevada renda nominal e um dos mais altos PIB per capita. Está classificada no topo, ou perto dele, em várias métricas de desempenho nacional, incluindo transparência do governo, liberdades civis e qualidade de vida.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre o Brasil e a Suíça se apoia no substrato humano da história comum. A imigração helvética, no século XIX, deixou marcas no Rio de Janeiro – em Nova Friburgo e na região serrana –, assim como em cidades espalhadas por vários estados brasileiros. Em 2022, a Suíça estimava em 13.574 o número de seus nacionais no Brasil – a 2ª maior comunidade na América Latina, pouco atrás da Argentina. Também segundo os dados oficiais do governo suíço, havia, em 2022, 22.590 cidadãos brasileiros residentes na Suíça. A cifra, contudo, é superior, pois esse dado exclui brasileiros com nacionalidade suíça ou ingressados com passaporte europeu. Nas eleições de 2022, havia 24.274 eleitores brasileiros registrados na Suíça, cifra superior à de eleitores na França. Conforme estimativa dos Consulados-Gerais em Genebra e Zurique, haveria cerca de 80 mil brasileiros na Suíça (aproximadamente 1% da população do país).

Esses tradicionais laços de amizade entre o Brasil e a Suíça ganharam renovado impulso desde 2005, como parte da estratégia de diversificação das parcerias internacionais da Confederação, que buscou prioritariamente aproximação mais estreita com os países do BRICS, os Estados Unidos, a Turquia e o Japão.

Nesse contexto, foi assinado em 2008 – por ocasião da visita ao Brasil da então chanceler Micheline Calmy-Rey – o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica, assentado em três pilares: i) mecanismo regular de consultas políticas de alto nível; ii) projetos comuns de cooperação; e iii) coordenação nos organismos internacionais, em especial nas Nações Unidas.

As reuniões de consultas políticas realizam-se desde 2010, com periodicidade anual, sob a condução, pelo lado brasileiro, do(a) Secretário(a)-Geral, e, pelo lado suíço, do(a) Secretário(a) de Estado do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros. Ambos os países mantêm, ainda, diálogos regulares em diversas áreas, como economia e comércio; finanças; ciência, tecnologia e inovação; temas consulares e migratórios; e direitos humanos. A X edição da reunião de consultas políticas ocorreu em 15 de outubro de 2024, em Brasília.

As visitas nos últimos anos de altas autoridades suíças ao Brasil e vice-versa (ver cronologia) reafirmam a relevância conferida pela Suíça a essa relação. Na sua atual estratégia de Política Externa da diplomacia suíça (2024-2027), o Brasil figura entre os 14 países fora da Europa classificados como prioritários em escala mundial, ao lado de outros membros do G-20. A articulação política bilateral, o elevado estoque de capital suíço no mercado brasileiro, as iniciativas em ciência e tecnologia e a negociação de tratados nas áreas econômica, financeira, previdenciária e judicial, que consolidam a arquitetura jurídica da relação bilateral, asseguram a atenção dos atores suíços ao Brasil.

O Brasil é principal parceiro econômico da Suíça na América Latina. Operam no país mais de 600 empresas de origem suíça (algumas das quais presentes há mais de 100 anos), que geram cerca de 85 mil postos de trabalho. No setor produtivo, ressaltam-se empresas como Nestlé (alimentos), Syngenta (defensivos agrícolas), Novartis, Clariant (setor fármaco-químico) e ABB Brown Boveri (setor elétrico).

A Suíça era, no final de 2023 (conforme os últimos dados consolidados pelo Banco Central do Brasil), a 7ª principal origem de investimentos diretos no país (IDP), com estoque de USD 49,73 bilhões (equivalentes a 3,8% do total de USD 1,31 trilhão recebido em IDP naquele ano): (i) USD 30,54 bilhões correspondiam a investimentos em participações de capital (pelo critério do controlador final), critério no qual a Suíça se encontrava na 10ª posição; e (ii) USD 19,19 bilhões se referiam a operações intercompanhia, nas quais a Suíça ocupava a 3ª posição, depois dos Países Baixos e de Luxemburgo.

Na esfera financeira e tributária, o Brasil e a Suíça mantêm diálogo regular. Em 4/1/2019, entrou em vigor o Acordo entre Brasil e Suíça sobre Troca de Informações em Matéria Tributária,

concluído em 2015. Em 16/3/2021, entrou em vigor a Convenção para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinada em 2018.

Na balança comercial, configuram-se o persistente desequilíbrio em favor da Suíça e a dificuldade enfrentada pelo Brasil, por motivos estruturais, para ampliar e diversificar suas exportações, essencialmente concentradas em um só produto (o ouro não monetário, que respondeu por mais de 70% da pauta em 2024).

De acordo com a base de dados do MDIC, o fluxo do comércio bilateral totalizou USD 4,41 bilhões em 2024, o que representou aumento de 7% em relação ao ano precedente. O Brasil exportou USD 1,32 bilhão para a Suíça (-3,3% em relação a 2023) e importou USD 3,09 bilhões (+12,5%) daquele mercado, amargando déficit de USD 1,77 bilhão. Os principais produtos exportados em 2024 foram ouro não monetário (72% da pauta); artigos para a indústria de transformação (4,5%); carnes de aves (3,3%); óleos combustíveis de petróleo (2,9%); e artigos para a indústria química (2,8%). Do lado das importações de produtos suíços, os principais foram medicamentos e produtos farmacêuticos (26,0%); compostos de nitrogênio (12,0%); outros medicamentos (10%); outros compostos organo-inorgânicos (9,5%); e outros artigos manufaturados (2,6%).

Espera-se que o acordo de livre comércio em negociação entre o Mercosul e a EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio, composta por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), uma vez concluído, possa contribuir para a abertura de novas oportunidades comerciais e a necessária ampliação e diversificação da pauta de exportações do Brasil para a Suíça.

Note-se que o Brasil e a Suíça contam com Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas, estabelecida por Memorando de Entendimento de 2007, cuja 11ª edição realizou-se em Brasília em junho de 2022. A próxima edição deverá realizar-se no segundo semestre de 2025, em Berna. No campo da ciência, tecnologia e inovação, o Comitê Conjunto de Cooperação já realizou seis reuniões. A VI reunião realizou-se em Brasília, em abril de 2024. Na ocasião, os chefes de delegação assinaram o Plano de Ação de Cooperação em Ciência e Tecnologia para 2024-2026. A próxima edição está prevista para ocorrer em 2026, na Suíça. A relevância para a Suíça de sua cooperação com o Brasil nessa matéria é atestada pelo fato de a *Swissnex* (rede de agências do governo para a promoção de sua diplomacia científica e tecnológica) manter escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo (além do Brasil, a *Swissnex* mantém seus “knowledge hubs” somente nos EUA, China, Índia e Japão).

No que tange à vertente ambiental do relacionamento bilateral, cumpre ressaltar que, em 2023, a Suíça comprometeu-se a aportar contribuição ao “Fundo Amazônia”, no montante de CHF 5 milhões (aprox. US\$ 5,5 milhões). Igualmente, Berna manifestou interesse em concluir com o Brasil acordo sobre reduções de emissões e armazenamento de CO₂ no exterior, ao abrigo do artigo 6 do Acordo de Paris.

Na área judiciária e tributária, o Brasil e a Suíça nutrem fluida cooperação bilateral, que tem sido importante ferramenta de combate à corrupção. Em 2022, foi ratificado, pelo Brasil, o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, que, assim, entrou em vigor. Ambos os países também mantêm diálogo institucionalizado em matéria de direitos humanos, estabelecido em 2017. O VI Diálogo bilateral sobre Direitos Humanos realizou-se em Brasília, em janeiro de 2024. Além do Brasil, a Suíça mantém diálogos estruturados sobre direitos humanos com África do Sul, China, Indonésia, Irã, México e Nigéria. A próxima edição do diálogo deverá ocorrer no segundo semestre de 2025, na Suíça.

No âmbito multilateral, os dois países mantêm estreito diálogo e cooperação em matéria econômica, comercial, tributária e fiscal, com pontos de interesse mútuo refletidos em iniciativas patrocinadas pela OCDE e pelo G-20, no intuito de promover práticas de boa governança e de transparência nos negócios, combater a evasão e elisão fiscais e lutar contra a corrupção. A Suíça apoia o ingresso do Brasil na OCDE.

Durante a presidência brasileira do G-20 em 2024, a Suíça foi convidada e aceitou participar da trilha financeira e das “forças-tarefas” sobre mudança do clima e contra a fome e a pobreza, bem como dos grupos de trabalho da trilha de “sherpas” sobre saúde; pesquisa e inovação; combate à corrupção; e comércio e investimentos.

POLÍTICA INTERNA

A Suíça é um Estado federal, com ampla diversidade cultural, linguística e religiosa, cujo sistema de governo é constituído por três níveis: Confederação (governo federal), cantões (unidades federativas) e as comunas (equivalentes a municípios). A política interna orienta-se pelo princípio da busca de decisões por consenso. Há ampla liberdade política e administrativa dos 26 cantões e intensa utilização de mecanismos da democracia direta, como o referendo e a consulta popular.

O Conselho Federal é o órgão máximo do Poder Executivo suíço, que conta com 7 membros (Conselheiros Federais), os quais tomam suas decisões de forma colegiada. Um dos Conselheiros é eleito, a cada ano e com mandato de 1 ano, para exercer a presidência rotativa do órgão. A composição do Conselho Federal obedece, desde 1959, a denominada "fórmula mágica", segundo a qual os três maiores partidos no Parlamento fazem jus a dois assentos cada um, cabendo ao quarto maior partido um único assento. Hoje, o Conselho Federal apresenta a seguinte repartição entre os quatro principais partidos, com orientação predominante de centro-direita:

i) Partido Popular Suíço, também conhecido como União Democrática do Centro (UDC): de orientação conservadora e nacionalista e, portanto, mais à direita no espectro político. Vinculado aos interesses dos produtores agrícolas e conhecido pela posição refratária ao aprofundamento da integração com a UE e pela defesa de políticas orientadas à limitação da entrada de imigrantes. Conta com 62 "deputados" e 6 "senadores" e possui dois assentos no Conselho Federal;

ii) Partido Socialista (PS): única agremiação de esquerda com representação no Conselho Federal, com dois assentos. Tem 41 "deputados" e 9 "senadores";

iii) Partido Liberal Radical (PLR): de centro-direita, voltado à defesa dos princípios liberais (redução do papel do Estado e promoção das liberdades individuais). Conta com 28 "deputados" e 11 "senadores" e tem dois assentos no Conselho Federal;

iv) "Aliança do Centro" (AdC): de centro, como diz o próprio nome, favorece o princípio da "economia social de mercado". Compõe bloco que reúne 29 "deputados" e 15 "senadores" e tem um assento no Conselho Federal.

Nas eleições parlamentares realizadas em outubro de 2023, a AdC ultrapassou, pela primeira vez na história, o PLR em número de deputados no Conselho Nacional (embora o PLR tenha obtido votação ligeiramente superior à AdC em termos percentuais). Apesar disso, nas eleições realizadas em dezembro de 2023, o PLR permaneceu representado com dois assentos no Conselho Federal - o que contribuiu para fomentar discussões sobre a adequação da "fórmula mágica" e sobre sua possível revisão no futuro.

O Conselho Federal toma decisões por consenso e geralmente atua em consonância com o Poder Legislativo. Seus membros (Conselheiros Federais) são eleitos pela Assembleia Federal (que congrega as duas casas do Parlamento) para mandatos de 4 anos. A reeleição, a cada fim de mandato, é a regra geral. A Assembleia Federal elege, dentre os membros do Conselho Federal - para mandatos de um ano, em regime de rotação -, o Presidente da Confederação e o Vice-Presidente do Conselho Federal. O Presidente da Confederação é um "primus inter pares" entre os Conselheiros Federais, ao qual cabe conduzir as sessões do grupo e a quem incumbe a função de Chefe de Estado e a representação do Conselho na Suíça e no exterior.

É a seguinte a atual distribuição de pastas ministeriais entre os atuais sete Conselheiros Federais:

- (i) Departamento Federal das Finanças/DFF: Karin Keller-Sutter (PLR) - que ocupa, em 2025, a presidência do Conselho Federal;
- (ii) Departamento Federal da Economia, Educação e Pesquisa/DEFR: Guy Parmelin (UDC) - que ocupa, em 2025, a vice-presidência do Conselho Federal;
- (iii) Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros/DFAE: Ignazio Cassis (PLR);

- (iv) Departamento Federal do Meio Ambiente, Transportes, Energia e Comunicações/DETEC: Albert Röstli (UDC);
- (v) Departamento Federal do Interior/DFI (assuntos sociais): Elisabeth Baume-Schneider (PS);
- (vi) Departamento Federal de Justiça e Polícia/DFJP: Beat Jeans (PS), e
- (vii) Departamento Federal da Defesa, Proteção Civil e Esportes/DDPS: Martin Pfister (AdC).

O Poder Legislativo (federal) é exercido pela Assembleia Federal, formada por duas casas: o Conselho dos Estados, composto por 46 membros ("senadores"), eleitos pelo voto majoritário de cada cantão ou semicantão (dois por cantão e um por semicantão); e o Conselho Nacional ("deputados"), integrado por 200 membros, eleitos pelo voto proporcional de cada cantão ou semicantão, cujo número de representantes é proporcional ao tamanho da população. Os "deputados" e "senadores" têm mandato de quatro anos. As últimas eleições foram realizadas em outubro de 2023.

O Poder Legislativo não se reúne de forma permanente. Realiza quatro sessões anuais, no que é chamado "sistema de milícia". Como regra, os parlamentares exercem o mandato paralelamente a suas profissões e não mantêm gabinetes em Berna.

Em dezembro de 2024 foram eleitos, para mandatos de um ano (até dez/2025), os novos presidentes das duas casas do Parlamento suíço: Maja Riniker (PLR), para o Conselho Nacional (câmara baixa), e Andrea Caroni (PLR), para o Conselho dos Estados (câmara alta).

No Conselho Nacional, a Comissão de Assuntos Estrangeiros é presidida por Laurent Wehrli (PLR). No Conselho dos Estados, a Comissão de Assuntos Estrangeiros é presidida por Marco Chiesa (UDC).

O cenário político vem sendo marcado, nas últimas décadas, pelo fortalecimento da UDC, em detrimento dos principais partidos de centro e centro-direita (entre 1995 e 2019, a UDC ganhou 24 assentos na Assembleia Federal, ao passo que o PLR e a AdC perderam, respectivamente, 16 e 6 assentos). Tal tendência foi parcialmente confirmada nas eleições parlamentares de outubro de 2023, que viu um significativo crescimento da UDC, mas também um modesto ganho da AdC, com uma perda de poder relativo do PLR. Os grandes derrotados nas eleições de 2023, no entanto, foram os partidos ambientalistas – o Partido Verde (PV, de esquerda) e o Partido Verde Liberal (PVL, de orientação econômica liberal) –, que, após um crescimento surpreendente em 2019, perderam, respectivamente, 5 e 6 assentos na câmara baixa do Parlamento.

O Poder Judiciário, por sua vez, é exercido pelo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Seguros e pela Corte Administrativa Federal. Na cúpula, está o Tribunal Federal, com sede em Lausanne, composto por 30 juízes e 15 suplentes eleitos pela Assembleia Federal, com mandatos de seis anos. O Tribunal Federal de Seguros, com sede em Lucerna, composto por 11 juízes eleitos pela Assembleia Federal, também com mandatos de seis anos, é divisão especial do Tribunal Federal.

POLÍTICA EXTERNA

O estatuto da neutralidade é princípio constitucional que orienta a política externa da Suíça. Esse princípio favoreceu sua escolha para sede de numerosos organismos internacionais. A Confederação hospeda hoje 25 organizações de caráter intergovernamental, das quais 22 em Genebra, assim como 250 organizações não estatais, associações e ONGs, incluindo a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA). A promoção da “Genebra Internacional” está entre as prioridades da política externa suíça.

Nos últimos anos, a Suíça buscou elevar o perfil de sua atuação internacional no âmbito das Nações Unidas – organização da qual só em 2002 passou a fazer parte – e de outros foros. Apresentou candidatura, pela primeira vez na história – e após intenso debate doméstico –, a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, tendo sido eleita para o período 2023-24 – coincidindo com a participação do Brasil naquele órgão em 2023. A Suíça faz parte do grupo “Accountability, Coherence and Transparency” (ACT) e não defende a criação de novos assentos permanentes no CSNU.

Berna também tem-se valido do capital político de sua tradicional neutralidade para intermediar conflitos. Iniciativa relevante nesse sentido foi a assinatura de acordo com os Estados Unidos para representar seus interesses na Venezuela em 2019 – o qual não foi implementado por ausência de aprovação de Caracas. Atualmente, a Suíça exerce os seguintes mandatos internacionais: (i) representação dos interesses do Irã no Egito (desde 1979) e no Canadá (desde 2019); (ii) representação dos interesses dos Estados Unidos no Irã (desde 1980); e (iii) representação recíproca de interesses entre a Rússia e a Geórgia, desde 2009 (até a conclusão do recente acordo entre os governos saudita e iraniano, a Suíça igualmente exercia a representação recíproca dos interesses entre o Irã e a Arábia Saudita). Em junho de 2024, a Suíça assumiu a representação recíproca de interesses entre Equador e México, após os dois países romperem relações, em abril do mesmo ano. Finalmente, em dezembro de 2024 a Suíça passou a representar os interesses do Equador na Venezuela, após o rompimento de relações diplomáticas no contexto das eleições presidenciais venezuelanas de julho de 2024 (a Suíça também representou os interesses brasileiros em Cuba entre 17 de agosto de 1964 e 30 de julho de 1986).

A União Europeia é o principal parceiro comercial da Suíça (seguida por EUA e China). Em 2024, 51% de suas exportações tiveram por destino o bloco europeu e 71% de suas importações foram oriundas da UE. Por 50,3% a 49,7%, porém, a população helvética rejeitou, em referendo em 1992, a participação do país na Área Econômica Europeia UE-EFTA. A fim de assegurar forma flexível de participação suíça nesse mercado único, construiu-se, na sequência, ao longo dos anos, a chamada “via bilateral”, por meio da conclusão de mais de 100 acordos temáticos bilaterais.

A manutenção dessa fórmula flexível e *ad hoc* de participação no mercado único – nunca vista com simpatia em Bruxelas – tornou-se politicamente inaceitável para o bloco europeu em particular no contexto do BREXIT. Assim, por iniciativa da UE, concluiu-se, no final de 2018, a negociação de um acordo-quadro, espécie de “guarda-chuva” para a rede de acordos bilaterais UE-Suíça. O documento, contudo, acabou não assinado, em razão de resistências de todo o espectro político suíço. O anúncio de sua rejeição definitiva, por parte da Suíça, ocorreu em maio de 2021. Considerou-se que seriam irreconciliáveis as posições das duas partes em relação aos pontos mais controversos do documento, a saber: livre circulação de pessoas (proteção de salários e acesso a direitos sociais na Suíça), regras sobre subsídios estatais e papel do Tribunal de Justiça da UE na solução de controvérsias. Em resposta a essa quebra unilateral das tratativas, a UE manifestou a disposição de não mais atualizar ou renovar os compromissos bilaterais em vigor com a Suíça.

De março de 2022 a outubro de 2023, a Suíça e a UE conduziram o assim-chamado “diálogo exploratório” com vistas ao eventual reinício de negociações – o que demandava a adoção de novo mandato negociador pelo Conselho Federal, uma vez que os termos do mandato anterior não

permitiram a conclusão dos entendimentos. Em março de 2024, após consultas ao Parlamento e às administrações cantonais, o Conselho Federal finalmente aprovou seu novo mandato para negociar com UE, com base no "enfoque vertical por setor" desejado por Berna (no âmbito do qual haveria regras diferenciadas para cada setor envolvido), em contraposição ao "enfoque horizontal" antes exigido por Bruxelas. Na sequência, as partes reiniciaram imediatamente as negociações formais para a atualização do abrangente pacote de acordos a reger seu relacionamento. Em dezembro de 2024, foi anunciada a "conclusão das discussões materiais" entre a Suíça e a UE. Os textos acordados foram submetidos à revisão jurídica e a traduções e deverão ser rubricados em meados de 2025, momento em que se considerarão formalmente encerradas as negociações. A submissão do pacote de acordos à avaliação parlamentar está prevista para o início de 2026.

Depois do rompimento de 2021, a recomposição das relações com a UE, diante de sua relevância absoluta para a Suíça, vinha constituindo clara prioridade para o governo da Confederação. É sem dúvida nesse contexto que se inseriram as decisões de Berna de (i) alinhar-se às posições de Bruxelas desde o início do conflito na Ucrânia, adotando todas as sanções comunitárias contra a Rússia e contornando questionamentos internos (e também externos, no caso de Moscou) em relação à sua tradicional política de neutralidade, bem como de (ii) promover a Conferência de Lugano sobre a Reconstrução da Ucrânia (julho/2022) e de (iii) participar desde o início na conformação da nova Comunidade Política Europeia. Na opinião de observadores, essas ações terão de fato contribuído para sensibilizar o lado europeu e reaproximar as duas partes.

Ao reafirmar o *status* de país neutro da Suíça, no entanto, o governo vem negando sistematicamente pedidos de autorização de reexportação para a Ucrânia de material militar de fabricação local formulados por diversos parceiros europeus, notadamente Alemanha, Dinamarca, Espanha e Suécia. Em março de 2023, o Conselho Federal pronunciou-se definitivamente em contrário a tais pedidos, na esteira de manifestação do Conselho dos Estados, que rejeitara proposta de flexibilização da lei atual que rege os procedimentos para a autorização de reexportação de material bélico (e veda a operação no caso de países envolvidos em conflitos). Ainda assim, a Rússia incluiu a Suíça em sua lista de "países hostis", por haver adotados as sanções da UE, e recusou oferecimento suíço de "bons ofícios" para representar os interesses de Kiev em Moscou e vice-versa.

Nesse contexto, a Suíça vem buscando, ao esticar os limites de sua política de neutralidade, estreitar os laços de cooperação em matéria de segurança tanto com a UE como com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em julho de 2023, Berna subscreveu declaração de intenção versando sobre a aquisição comum de escudo antimísseis europeu no quadro da iniciativa "European Sky Shield". A assinatura do documento foi precedida de encontro, mantido em março de 2023, entre a então titular do Departamento Federal de Defesa, Proteção Civil e Esportes, Conselheira Federal Viola Amherd, e o então Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg.

Em janeiro de 2024, o governo suíço sediou em Davos, à margem do Fórum Econômico Mundial, a IV reunião de conselheiros de segurança nacional dedicada à paz na Ucrânia. No dia seguinte, a Presidente de turno da Confederação, Viola Amherd, recebeu em Berna o Presidente da Ucrânia, Volodimir Zelensky. Na ocasião, Zelensky externou publicamente o desejo de que a Suíça organizasse uma "cúpula mundial sobre o processo de paz", com o que Amherd aquiesceu. De pronto, no entanto, o Chanceler Ignazio Cassis recordou que, para serem efetivas, negociações de paz precisariam, em algum momento, envolver a Rússia – ao que se opunha Zelensky.

Após grandes esforços envidados pela diplomacia suíça para envolver, senão a Rússia, pelo menos os países do "sul global", foi realizada a assim-chamada "Conferência sobre a Paz na Ucrânia" em Bürgenstock, em junho de 2024. O Brasil foi representado pela Embaixadora em Berna, que compareceu como observadora e não subscreveu a "comunicado conjunto" emitido na ocasião. Embora 79 países e 6 organizações do total de 93 presentes tenham apoiado o comunicado, a não-adesão de importantes nações do "sul global" presentes em Bürgenstock – como Brasil, Índia, África do Sul, Arábia Saudita, Indonésia, EAU e México –, além da ausência da China na

Conferência, evidenciaram a falta de consenso em torno da iniciativa suíço-ucraniana, que mobilizou essencialmente os aliados de Kiev.

Em dezembro de 2024, foi confirmada a eleição da Suíça para a presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no ano de 2026. Este será o terceiro mandato suíço à frente da organização, após 1996 e 2014. A eleição da Suíça foi precedida de processo diplomático complexo, envolvendo negociações para evitar eventual veto russo. Moscou, que previamente bloqueou candidaturas de outros países membros da OTAN, aceitou a candidatura da Suíça, tendo neste caso destacado sua “neutralidade” como fator positivo para a mediação em tempos de crise. Tal atitude de Moscou parece refletir a recomposição de suas relações com Berna e indicar que a Rússia, no contexto europeu, ainda considera a Suíça o ator mais confiável para preservar a funcionalidade da OSCE.

No que respeita ao conflito no Oriente Médio, a Suíça, após condenar os ataques de outubro de 2023 contra Israel e reconhecer seu direito de se defender, externou decisão de buscar fórmula jurídica para classificar o Hamas como organização terrorista, uma vez que sua legislação atual não permite essa classificação (havendo o Conselho Federal submetido ao Parlamento projeto de lei nesse sentido em setembro de 2024). Com a evolução do conflito, a preocupação de Berna passou a concentrar-se no respeito ao direito internacional humanitário e na manutenção dos fluxos de ajuda à população da Faixa de Gaza (apesar disso, a Suíça não logrou organizar a conferência dos signatários das Convenções de Genebra que tinha sido mandatada pela AGNU para ocorrer até março de 2025). Desde o início do conflito, o governo suíço vem conclamando as partes à cessação imediata das hostilidades e enfatizando que apenas uma solução a dois estados pode conduzir a uma paz duradoura entre israelenses e palestinos. Em abril de 2024, contudo, a Suíça se absteve na votação no CSNU sobre o pedido de adesão da Palestina como membro da ONU. O Conselho Federal justificou a abstenção por considerar que, no momento, esse desdobramento “não favoreceria a pacificação da situação e os esforços de paz no Oriente Médio”.

A continuidade do financiamento à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) vinha constituindo elemento contencioso no debate político suíço. Inicialmente, o Conselho Nacional propôs cortar integralmente os CHF 20 milhões anuais destinados à UNRWA, mas terminou por aceitar proposta de compromisso do Conselho dos Estados de reduzir pela metade aquele valor. Dessa forma, em maio de 2024 o Conselho Federal, após o congelamento inicial, retomou parcialmente o financiamento à UNRWA e repassou-lhe CHF 10 milhões, sob o argumento de que a agência seria “vital para atender às necessidades básicas dos palestinos”. Em novembro de 2024, o Conselho dos Estados adiou decisão definitiva sobre o financiamento futuro da UNRWA, a qual foi tomada somente em março de 2025. Nessa data, o Conselho dos Estados finalmente decidiu-se pela manutenção das contribuições financeiras da Suíça à UNRWA, no valor integral de CHF 20 milhões anuais.

O recente anúncio pelo Presidente Donald Trump de imposição de “tarifas recíprocas” a penalizar em 31% as importações norte-americanas de bens produzidos na Suíça foi recebido com “surpresa, incompreensão e decepção” em Berna. Os EUA são o segundo parceiro comercial mais importante da Suíça, após a UE, mas se constituem no principal país de destino das exportações suíças. Embora não preveja de momento a adoção de contramedidas retaliatórias e esteja buscando solução pelo diálogo, o Conselho Federal decidiu estabelecer virtual “centro de gestão de crise” para monitorar o relacionamento com os EUA em suas variadas vertentes, o qual será coordenado pelo Embaixador Gabriel Lüchinger, que recebeu a nomeação temporária de “Enviado Especial do Conselho Federal para os EUA”. Ocupando também a chefia da Divisão de Segurança Internacional do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros, Lüchinger foi o organizador da “Conferência sobre a Paz na Ucrânia” realizada em Bürgenstock em 2024.

ECONOMIA E COMÉRCIO

No ano crítico de 2020, a economia suíça encolheu 2,1%, em comparação com 2019, em razão das dificuldades decorrentes da pandemia da Covid-19. Graças à forte retomada das atividades econômicas que se seguiu, em 2021 o PIB suíço apresentou crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior. Embora alguns setores tenham continuado a ser afetados pelos efeitos da pandemia, o governo suíço comemorou o fato de que, em 2021, "o PIB ultrapassou o nível de 2019". A taxa de expansão anual do PIB suíço em 2019 foi de 1,1%, na sequência de uma década de crescimento ininterrupto.

A queda desse índice verificada em 2020 foi menos acentuada do que a registrada em outros países europeus sobretudo em razão das medidas relativamente menos restritivas adotadas pela Suíça para fazer frente à crise sanitária. Nunca foram estabelecidas nesse país, por exemplo, restrições à liberdade de circulação interna, nem ao funcionamento de indústrias e de canteiros de obras.

Em 2022, contudo, percebeu-se redução no ritmo de crescimento da economia suíça, tendo o PIB aumentado 3,0% em relação a 2021. Em 2023 e 2024, essa tendência de desaceleração acentuou-se, e o PIB suíço cresceu 1,2% e 0,9%, respectivamente, em comparação com os anos precedentes. Para o governo, tratou-se de “processo de normalização após a crise do coronavírus”, o qual se espera seja superado em 2025 e 2026, quando se projetam taxas de crescimento de 1,4% e 1,6%, respectivamente, impulsionadas sobretudo pelo consumo interno.

Como se sabe, a Suíça – sede de algumas das principais multinacionais globais, bem como de uma série de empresas renomadas pela constante busca de inovações tecnológicas – notabiliza-se nos segmentos industriais de química e farmacêutica; metais e pedras preciosas; alimentos, bebidas e tabaco; e relógios e instrumentos de precisão. Distingue-se, ademais, pela expressão de seus setores de turismo e de serviços financeiros.

Em 2023, o setor bancário suíço foi sacudido pela crise do *Credit Suisse*, segundo maior banco da praça local. O Conselho Federal, no entanto, agiu rápido para evitar que a crise se espraiasse e, em março de 2023, intermediou a compra do *Credit Suisse* pelo UBS - o maior banco suíço -, em operação bem-sucedida que contou com garantias do governo e das autoridades financeiras locais.

Conforme se pode verificar, a economia suíça tem apresentado crescimento regular, em ambiente caracterizado por reduzida inflação (apenas 1,1% em 2024), baixo endividamento público (inferior a 30% do PIB), baixíssima taxa de desemprego (2,4% em 2024) e contínuos superávits na balança de transações correntes (na faixa de quase 10% do PIB). Este país é regularmente classificado nos primeiros lugares em rankings internacionais de competitividade global, liberdade econômica e inovação tecnológica.

No comércio global, a Suíça caracteriza-se como mercado muito aberto (foram zeradas unilateralmente as tarifas de importação sobre produtos industriais em janeiro de 2024), à exceção do altíssimo grau de proteção da agricultura (que responde por 0,6% do PIB). Em 2024, as exportações de bens atingiram CHF 282,9 bilhões (USD 340 bilhões), e as importações, CHF 222,3 bilhões (USD 267 bilhões). Os maiores mercados de exportação da Suíça foram, em ordem decrescente, Estados Unidos (CHF 52,66 bilhões), Alemanha (CHF 41,70 bilhões), Eslovênia (CHF 26,40 bilhões), Itália (CHF 20,30 bilhões), China (CHF 16,26 bilhões) e França (CHF 13,54 bilhões). Os de importação foram Alemanha (CHF 53,87 bilhões), Itália (CHF 23,70 bilhões), Eslovênia (CHF 17,95 bilhões), China (CHF 17,22 bilhões), França (CHF 16,12 bilhões) e Estados Unidos (CHF 14,13 bilhões).

A Suíça também se notabiliza como centro global de comercialização e de refino de ouro, constituindo-se em um dos maiores importadores e exportadores mundiais do metal – e tem no Brasil um de seus principais fornecedores, ao lado de Austrália, China e Peru (a Rússia também

fornecia ouro para a Suíça, mas este país interrompeu as importações do metal de origem russa no contexto das sanções que adotou em razão do conflito na Ucrânia). Curiosamente, contudo, as estatísticas oficiais de comércio exterior excluem o intercâmbio de “ouro, outros metais preciosos, pedras preciosas e objetos de arte” (que respondem por aprox. 40% dos fluxos comerciais suíços).

No âmbito da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a Suíça impulsiona negociações de acordos de livre comércio (ALCs) como parte de estratégia de manutenção do crescimento econômico no longo prazo. A EFTA é atualmente parte de 30 ALCs, que abrangem 40 países e territórios fora da UE. Em março de 2024, a EFTA assinou seu 31º ALC, com a Índia, e Berna espera poder ratificá-lo em 2025. Deverão ser assinados em breve ALCs entre EFTA e Tailândia, Malásia e Kosovo. Na esfera bilateral, a Suíça possui 5 outros ALCs em vigor, com China, Japão, Ilhas Faroe, Reino Unido e União Europeia.

O mecanismo de diálogo MERCOSUL-EFTA, com a assinatura de declaração conjunta de cooperação, foi estabelecido em dezembro de 2000. As negociações para um ALC birregional foram lançadas em 2017, e sua conclusão foi anunciada politicamente em agosto de 2019 - embora pendências ainda permaneçam sem resolução, razão pela qual o instrumento ainda não foi assinado.

Até a realização de referendo sobre o ALC EFTA-Indonésia, em março de 2021, o governo suíço dava consistentes sinais de interesse em concluir o acordo com o MERCOSUL ainda em 2021. Havia expectativa de que o ALC com a Indonésia seria aprovado com maioria confortável, em razão de conjuntura interna particularmente favorável: (a) ineditismo do vínculo entre as concessões tarifárias para óleo de palma e a apresentação de certificados de sustentabilidade da produção; (b) apoio ao acordo da própria União dos Agricultores Suíços; e (c) postura neutra de importantes ONGs ambientalistas, aliada a baixo grau de engajamento do Partido Socialista e dos Verdes.

Ao contrário do que se esperava, contudo, a aprovação se deu por margem estreitíssima (51,6%), o que ensejou imediato processo de reexame da agenda de negociações comerciais por parte da Suíça. No caso do MERCOSUL, não estariam presentes as três circunstâncias favoráveis acima mencionadas. A aprovação do acordo poderia enfrentar oposição de ONGs, do Partido Socialista e dos Verdes; no caso do "lobby" agrícola, o melhor cenário possível seria o de neutralidade. Diante desse quadro, Berna passou a seguir os movimentos da UE em favor de uma alegada necessidade interna de reforço dos compromissos de sustentabilidade relacionados ao ALC MERCOSUL-EFTA.

Em mensagem sobre os objetivos do Conselho Federal para 2022, o então Presidente da Confederação, Guy Parmelin (titular do Departamento Federal da Economia, Educação e Pesquisa), retomou o assunto e manifestou a intenção de resolver os pontos em aberto e promover a assinatura do ALC MERCOSUL-EFTA. Esse interesse na conclusão tempestiva do acordo passou a ser repetido desde então pelo lado suíço – embora com a ressalva de que seria preciso “convencer a população”, diante da certeza de que seria submetido a referendo popular uma vez assinado.

Em visita ao Brasil em julho de 2023, o Conselheiro Federal Guy Parmelin indicou ao lado brasileiro que a Suíça desejaria ver o ALC birregional assinado no mais breve prazo. Para tanto, o lado suíço sinalizou que a EFTA não mais aguardaria os desdobramentos do processo negociador MERCOSUL-UE e estava disposta a avançar com vistas à conclusão tempestiva do ALC MERCOSUL-EFTA. Ainda assim, Berna continuou a dar indicações de que precisaria de alguma garantia adicional em matéria de sustentabilidade, de forma a facilitar a aprovação do ALC em referendo, mas estaria aberta a explorar possibilidades nesse sentido sem o estabelecimento de novas obrigações nem a necessidade de paralelismo com o que viria sendo proposto pelo bloco europeu no caso do Acordo MERCOSUL-UE. Essa mesma mensagem foi reiterada por Guy Parmelin ao Chanceler Mauro Vieira em Berna, por ocasião sua visita à Suíça em abril de 2024, e a negociadora-chefe da Suíça, Embaixadora Hélène Budliger, deslocou-se duas vezes a Brasília (maio e novembro de 2024) para reunir-se com seu homólogo brasileiro, a fim de reiterar o interesse de seu país na conclusão tempestiva do ALC e procurar destravar e acelerar as negociações.

Em sua visita ao Rio de Janeiro em fevereiro de 2025, para se reunir com o Chanceler Mauro Vieira, o Chanceler Ignazio Cassis manifestou desejo de que o ALC MERCOSUL-EFTA fosse assinado o quanto antes, idealmente em conjunto com a projetada assinatura do Acordo MERCOSUL-UE.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1648 – Países europeus reconhecem a independência helvética do Sacro Império e sua neutralidade
- 1798 – Exércitos da Revolução Francesa conquistam a Suíça
- 1798 – Proclamação da República Helvética em 12 de abril
- 1815 – Congresso de Viena restabelece a independência do país
- 1848 – Suíça adota uma Constituição Federal, que sofre extensas emendas em 1874 e 1999
- 1914 – I Guerra Mundial. Neutralidade suíça
- 1933 – “Spiritual Defense”. Defesa da independência e da democracia contra os nazistas
- 1939 – II Guerra Mundial. Neutralidade suíça
- 1945 – Início do período de prosperidade: estabilidade política e progresso econômico
- 1971 – Introdução do direito de voto às mulheres
- 1992 – Ingresso no Espaço Econômico Europeu (EEE) é rejeitado em referendo popular
- 1999 – Promulgação da atual Constituição Federal
- 2002 – Suíça torna-se membro integrante das Nações Unidas
- 2005 – Referendo aprova livre-circulação de pessoas com a UE
- 2014 – Simonetta Sommaruga é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2015
- 2015 – Joahann Schneider-Ammann é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2016
- 2015 – Realizadas eleições para o Conselho Nacional e para o Conselho dos Estados
- 2016 – Doris Leuthard é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2017
- 2016 – Eleitores suíços rejeitam, em referendo, proposta de renda mínima para todos os residentes
- 2017 – Alain Berset é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2018
- 2017 – Ignazio Cassis é nomeado chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros
- 2018 – Ueli Maurer é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2019
- 2019 – Crescimento dos partidos verdes nas eleições nacionais
- 2019 – Simonetta Sommaruga é eleita Presidente da Confederação para o ano de 2020
- 2020 – Guy Parmelin é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2021
- 2021 – Ignazio Cassis é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2022
- 2022 – Alain Berset é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2023
- 2022 – Ueli Maurer e Simonetta Sommaruga renunciam a seus cargos no Conselho Federal, sendo substituídos por Albert Rösti e Elisabeth Baume-Schneider, eleitos pela Assembleia Federal
- 2023 – Suíça ocupa por primeira vez assento não permanente no CSNU (2023-2024)
- 2023 – Realizadas eleições para o Conselho Nacional e para o Conselho dos Estados
- 2023 – Alain Berset renuncia a seu cargo no Conselho Federal e é substituído por Beat Jeans, eleito pela Assembleia Federal
- 2023 – Viola Amherd é eleita Presidente da Confederação para o ano de 2024
- 2024 – Karin Keller-Sutter é eleita Presidente da Confederação para o ano de 2025
- 2025 – Viola Amherd renuncia a seu cargo no Conselho Federal e é substituída por Martin

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1818 – D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.
-
- 1819 – Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.
-
- 1820 – Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na “vila de Nova Friburgo”.
-
- 1826 – Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).
-
- 1855 – Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.
-
- 1856 – Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).
-
- 1880 – Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.
-

- 1890 – Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d'Andrada.
-
- 1898-1900 – Barão do Rio Branco designado como enviado especial do Brasil em Berna, no contexto da arbitragem suíça sobre questão territorial com a França (Amapá). Laudo suíço, com data de 1º/12/1900, foi inteiramente favorável ao Brasil.
-
- 1907 – Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.
-
- 1920 – Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.
-
- 1958 – Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.
-
- 1959 – Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.
-
- 1994 – Visita ao Brasil do Conselheiro Federal Jean Pascal Delamuraz, Chefe do Departamento Federal de Economia
-
- 1997 – Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti, titular do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros.
-
- 1998 – Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.
-
- 2006 – Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).
-
- 2007 – Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.
-
- 2007 – Visita a Berna do Chanceler Celso Amorim.
-
- 2008 – Visita ao Brasil da Conselheira Federal Micheline Calmy-Rey, chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros.
-
- 2009 – Visita oficial a Berna do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.
-
- 2009 – Visita oficial à Suíça do Ministro da Justiça, Tarso Genro.
-
- 2010 – 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado da Chancelaria suíça, Peter Maurer, em Berna (junho).
-
- 2010 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Didier Burkhalter, Chefe do Departamento Federal do Interior (agosto).
-
- 2011 – Encontro do Chanceler Antonio de Aguiar Patriota com a Presidente da Confederação suíça, Micheline Calmy-Rey, em Davos (janeiro)
-
- 2011 – 2ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado da Chancelaria suíça, Peter Maurer, em Brasília (junho).
-
- 2011 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann, Chefe do Departamento Federal de Economia (outubro).
-
- 2012 – 3ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado da Chancelaria suíça, Yves Rossier, em Friburgo (novembro).
-
- 2013 – Visita da Conselheira Federal Doris Leuthard (novembro).
-
- 2013 – 4ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
-
- 2014 – Visita do Conselheiro Federal Schneider Ammann.
-
- 2015 – 5ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
-

- 2015 – Assinatura do Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e das Notas para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns
-
- 2016 – 6ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
-
- 2016 – Visita ao Brasil do Presidente da Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann.
-
- 2017 – 7ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
-
- 2018 – O Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann, chefe do Departamento de Economia, Educação e Pesquisa, realiza visita ao Brasil acompanhado de expressiva delegação de empresários suíços (maio).
-
- 2018 – O Conselheiro Federal Ueli Maurer, chefe do Departamento de Finanças, realiza visita ao Brasil (junho).
-
- 2018 – Assinatura do Acordo para Evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e a Suíça.
-
- 2018 – 8ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
-
- 2019 – Encontro em Davos entre os Presidentes Jair Bolsonaro e Ueli Maurer, à margem do Fórum Econômico Mundial (janeiro)
-
- 2019 – Visita ao Brasil do Conselheiro Federal Ignazio Cassis, chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (abril).
-
- 2019 – 9ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
-
- 2020 – O Ministro da Economia, Paulo Guedes, participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos e se reúne com os Conselheiros Federais Guy Parmelin e Ueli Maurer.
-
- 2021 – O Embaixador Pietro Lazzeri apresenta Cartas Credenciais (outubro).
-
- 2022 – 5ª Reunião do Comitê Conjunto sobre Ciência e Tecnologia e Inovação, em Berna (março)
-
- 2022 – A Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi apresenta Cartas Credenciais (abril).
-
- 2022 – 10ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna (abril)
-
- 2022 – 11ª Reunião da Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas, em Brasília (junho)
-
- 2022 – 5º Diálogo bilateral sobre Direitos Humanos, em Berna (junho)
-
- 2023 – Os Ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Meio Ambiente, Marina Silva, participam do Fórum Econômico Mundial, em Davos, e se reúnem com a Conselheira Federal Karin Keller-Sutter, titular do Departamento Federal de Finanças, e o Conselheiro Federal Albert Rösti, chefe do Departamento Federal de Meio Ambiente, Transportes, Energia e Comunicação (janeiro)
-
- 2023 – O Chanceler Mauro Vieira se reúne com o Conselheiro Federal Ignazio Cassis, titular do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros, à margem da 59ª Conferência de Segurança de Munique (fevereiro)
-
- 2023 – O Presidente do Conselho Nacional (câmara baixa do Parlamento), Conselheiro Nacional (“deputado”) Martin Candinas, realiza visita ao Brasil (Belém, Brasília, São Paulo) e reúne-se com os Presidentes do Senado e da Câmara e com a Chanceler substituta (maio)
-
- 2023 – O Conselheiro Federal Guy Parmelin, titular do Departamento Federal da Economia, Educação e Pesquisa, realiza visita ao Brasil (São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro), acompanhado de delegação de 35 empresários, e reúne-se com Senhor Vice-Presidente da República e com o Chanceler Mauro Vieira (julho)
-
- 2024 – O Embaixador Celso Amorim, Assessor Especial da Presidência da República, reúne-se com o Secretário de Estado da Chancelaria suíça, Embaixador Alexandre Fasel, em Berna, e participa da conferência internacional sobre o conflito na Ucrânia organizada pelo Governo suíço, em Davos (janeiro)
-

- 2024 – Os Ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do Meio Ambiente, Marina Silva, participam do Fórum Econômico Mundial (WEF), em Davos, e se reúnem com o Conselheiro Federal Albert Rösti, chefe do Departamento Federal de Meio Ambiente, Transportes, Energia e Comunicação. A Ministra da Saúde, Nísia Trindade, e o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, também comparecem ao WEF (janeiro)
-
- 2024 – 6º Diálogo bilateral sobre Direitos Humanos, em Brasília (janeiro)
-
- 2024 – O Secretário de Estado da Chancelaria suíça, Embaixador Alexandre Fasel, realiza visita a Brasília e reúne-se com o Embaixador Celso Amorim, Assessor Especial da Presidência da República, e com a Senhora Secretária-Geral (março)
-
- 2024 – Delegação de parlamentares dos países membros da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), lideradas pelo Conselheiro Nacional (“deputado”) Thomas Aeschi, realiza visita ao Brasil (Brasília e Rio de Janeiro) e reúne-se com autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo (março)
-
- 2024 – 6ª Reunião do Comitê Conjunto sobre Ciência e Tecnologia e Inovação, em Brasília (abril)
-
- 2024 – O Chanceler Mauro Vieira realiza visita à Suíça e se reúne com o Conselheiro Federal Guy Parmelin, titular do Departamento Federal da Economia, Educação e Pesquisa, em Berna, e com o Conselheiro Federal Ignazio Cassis, titular do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros, em Solothurn (abril)
-
- 2024 – O Embaixador Celso Amorim, Assessor Especial da Presidência da República, reúne-se com o Secretário de Estado da Chancelaria suíça, Embaixador Alexandre Fasel, em Genebra (junho)
-
- 2024 – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reúne-se com a Presidente Viola Amherd, em Genebra, à margem de sessão da Organização Internacional do Trabalho (junho)
-
- 2024 – A Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi representa o Brasil, como observadora, na "Conferência sobre a Paz na Ucrânia", organizada pela Suíça em Bürgenstock (junho)
-
- 2024 – O Conselheiro Federal Ignazio Cassis, titular do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros, realiza visita a Brasília e se reúne com o Chanceler Mauro Vieira (julho)
-
- 2024 – 11ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília (outubro)
-
- 2024 – O Chanceler Mauro Vieira se reúne com o Conselheiro Federal Ignazio Cassis, titular do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros, em Nova York (outubro)
-
- 2025 – O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, participam do Fórum Econômico Mundial (WEF), em Davos (janeiro)
-
- 2025 – O Conselheiro Federal Ignazio Cassis, titular do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros, realiza visita a Nova Friburgo e ao Rio de Janeiro e se reúne com o Chanceler Mauro Vieira no Rio de Janeiro (fevereiro)
-

ACORDOS INTERNACIONAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e seu Protocolo sobre Aduanas, Impostos e Tarifas	03/05/2018	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais Regulares em Matéria de Direitos Humanos.	09/06/2017	Em vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Confederação Suíça sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	23/11/2015	Em vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária	23/11/2015	Em vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre Isenção de Requisitos de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	21/04/2015	Em vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça, para o estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países	21/04/2015	Em vigor
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	03/04/2014	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Departamento Federal de Relações Exteriores da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias	22/11/2013	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares	08/07/2013	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço relativo ao Intercâmbio de Treinandos	13/10/2011	Tramitação Ministérios / Casa Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia	29/09/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes	15/06/2009	Em vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica	14/08/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Confederação Suíça para o Estabelecimento de uma Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas	08/02/2007	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	12/05/2004	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre Serviços Aéreos Regulares	29/07/1998	Superado
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça	06/07/1995	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	11/11/1994	Superado
Ajuste Complementar, por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, ao Acordo de Transportes Aéreos para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro.	27/04/1984	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	12/02/1981	Em vigor
Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo A do Acordo sobre Transportes Aéreos, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	27/07/1978	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto Ingenbohl e o SENAI-BA, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	05/08/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica que Regulamenta o Projeto de Cooperação entre a "Caritas" e Fundação Bahiana, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	26/05/1975	Em vigor
Acordo Modificativo do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/01/1975	Em vigor
Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	01/12/1972	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR), entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	19/06/1972	Em vigor

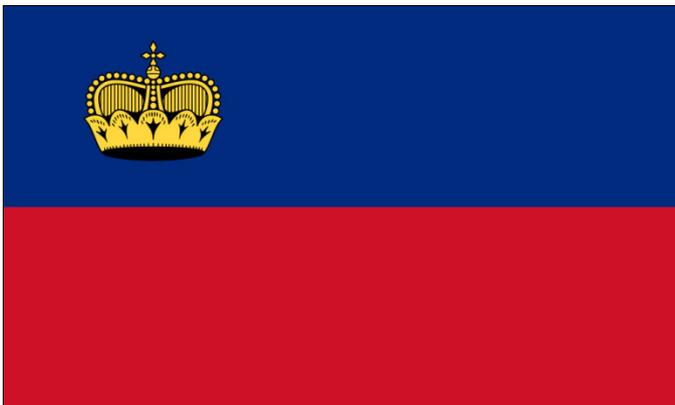
Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968.	18/04/1972	Em vigor
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça Relativo à Prestação de Assistência Técnica ao Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (INUFP).	10/01/1972	Expirado
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	30/06/1971	Em vigor
Acordo para a Dispensa da Legalização Consular entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	14/10/1970	Em vigor
Ajuste Complementar relativo ao Ajuste Internacional sobre Cereais de 1967 para a Compra de Trigo entre a Confederação Suíça e a República Federativa do Brasil.	11/03/1970	Expirado
Acordo para o Desenvolvimento Agrícola do Vale do Capibaribe entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça.	17/06/1968	Expirado
Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	16/05/1968	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	26/04/1968	Em vigor
Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	26/05/1965	Expirado
Protocolo Adicional ao Acordo de Consolidação dos Compromissos Comerciais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	09/10/1964	Expirado
Acordo de Consolidação de Compromissos Comerciais e Protocolo Adicional entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	09/10/1964	Expirado
Memorando sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça.	25/06/1962	Em vigor
Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	22/06/1956	Em vigor
Substituição dos Quadros de Rotas Anexos ao Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares de 10 de Agosto de 1948 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	27/08/1954	Expirado
Acordo sobre a Vinda de Refugiados para Colônias do Estado de Goiás entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	14/12/1950	Expirado

Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	10/08/1948	Denunciado
Entendimento entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Helvética sobre Dispensa de Visto para Turistas	05/02/1948	Superado
Acordo para a Liberação dos Congelados entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	24/07/1936	Expirado
Acordo Comercial Provisório entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	24/07/1936	Expirado
Tratado de Extradicação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/07/1932	Em vigor
Acordo Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	29/10/1931	Substituído
Tratado para a Solução Judicial das Controvérsias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/06/1924	Em vigor
Acordo para a Aplicação, Mediante Reciprocidade, do Decreto nº 855, de 08 de novembro de 1851, às Sucessões dos Suíços Falecidos no Brasil, a Contar de 01 de janeiro de 1896 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	25/11/1895	Denunciado
Convenção sobre Atribuições Consulares entre o Império do Brasil e a Confederação Suíça.	21/10/1878	Denunciado
Convenção para Regular os Direitos, Privilégios e Imunidades Recíprocas dos Cônsules, Vice-Cônsules e Chanceleres, e as Funções e Obrigações a que Ficam Respectivamente Sujeitos nos Dois Países, o Império do Brasil e a Confederação Suíça.	26/01/1861	Denunciado



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de Europa
Divisão de Europa Central e Oriental
Embaixada em Berna

LIECHTENSTEIN



Abril de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE LIECHTENSTEIN

NOME OFICIAL:	Principado de Liechtenstein
CAPITAL:	Vaduz
ÁREA:	160 km ²
POPULAÇÃO:	40,3 mil (mulheres 20,2 mil; homens: 20,1 mil)
LÍNGUA OFICIAL:	Alemão
DATA NACIONAL:	15 de agosto
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica Romana (oficial, 73,4%), Protestante (8,2%), Muçulmana (5,9%), Ortodoxa (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia hereditária, regime parlamentarista
LEGISLATIVO:	Unicameral (" <i>Landtag</i> ")
CHEFE DE ESTADO:	Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-Ministra Brigitte Haas (desde 10 de abril de 2025). Primeira mulher na história do país no cargo
CHANCELER:	Sabine Monauni, também vice-primeira-ministra
PIB nominal (FMI, 2024)	US\$ 8,74 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (WB, 2022)	US\$ 186.400,20
VARIAÇÃO DO PIB	1,0% (estimativa para 2025, FMI)
EXPECTATIVA DE VIDA (WB 2022)	84 anos (mulheres: 85,8; homens: 80,7)
ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	1,4% (FMI, 2024)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há Embaixada em Brasília. Liechtenstein é representado no Brasil pela Embaixada da Suíça.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 100 pessoas. (fonte: CG Zurique)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LIECHTENSTEIN (US\$ mil)

(fonte: MDIC)

Brasil → Liechtenstein	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (1º trim.)
Intercâmbio	10.019	16.410	21.980	14.151	17.175	32.295	31.203	22.047	4.845
Exportações	86	6.620	8.819	6.078	6.131	16.820	18.560	13.525	2.407

Importações	9.933	9.790	13.161	8.073	11.044	15.475	12.643	8.522	2.438
Saldo	-9.847	-3.170	-4.342	-1.995	-4.913	1.345	5.917	5.003	-31

APRESENTAÇÃO

Em 1719, Carlos VI, Sacro Imperador Romano Germânico, decretou a unificação das comunidades de Schellenberg e Vaduz, de propriedade da família austríaca Liechtenstein, elevando-as à condição de Principado.

Em 1806, após a dissolução do Sacro Império, o Principado ratificou a Confederação do Reno, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto por russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou a independência em 1815, no Congresso de Viena, quando passou a fazer parte da Confederação Germânica, que veio a ser dissolvida em 1866.

Em 1852, Liechtenstein adotou União Econômica com o Império Austríaco. Após a Primeira Guerra Mundial, o Principado aproximou-se da Suíça, com quem estabeleceu uma união aduaneira (1923) e monetária (1924).

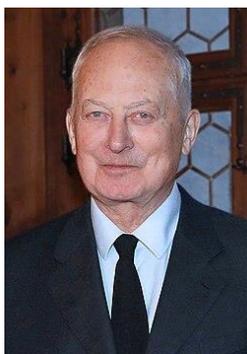
Liechtenstein é membro das Nações Unidas, da Associação Europeia de Livre Comércio e do Conselho da Europa. Embora não seja membro da União Europeia, o país participa do Espaço Schengen e do Espaço Econômico Europeu (EEE). Aderiu em 2024 ao FMI.

Com 160 quilômetros quadrados, o pequeno país alpino faz fronteira a oeste com a Suíça e a leste e norte com a Áustria. Sua população é de 40,3 mil habitantes, residentes em duas regiões - o Baixo País (Unterland) e o Alto País (Oberland) -, divididas em 11 comunas. Do total de habitantes, 65% são liechtensteinenses e o restante, imigrantes. A capital, Vaduz, concentra o mercado financeiro e as instituições federais. A maior cidade é Schaan, com cerca de 6.000 habitantes e 8.000 postos de trabalho em 700 empresas.

O PIB per capita do Principado é o segundo maior da Europa, atrás apenas do de Mônaco. O país investe 6,2% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento, fazendo do Liechtenstein uma economia competitiva a nível global e cuja indústria é voltada para a exportação. Entre suas principais empresas, destacam-se: *Ivoclar*, fabricante de próteses e implantes dentários; *Intamin*, design e construção de montanhas-russas e mon trilhos; *Hilcona*, processadora de alimentos; *Hilti AG*, fabricante de ferramentas e máquinas para construção civil; e o *Liechtenstein Global Trust (LGT Group)*, instituição financeira de propriedade da família regente.

Sua força de trabalho, estimada em 42.500 pessoas em 2022, é maior do que sua própria população, o que se explica pelo fato de que cerca de metade desse número são de residentes da Suíça e da Áustria que atravessam diariamente a fronteira para exercer alguma atividade em seu território.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Príncipe Hans-Adam II
Chefe de Estado

Nasceu em 1945, em Zurique. Filho primogênito do príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da princesa Gina. É casado com a condessa Marie Kinsky de Wicznitz e Tettau e tem quatro filhos. cursou o ensino médio em Viena e em Zuoz (Suíça). Fez estágio em instituições bancárias em Londres, antes de formar-se, em 1969, na Universidade de St. Gallen. Em 1970, recebeu o mandato de reorganizar a administração dos ativos da dinastia (Fürstenhaus). Em 1984, seu pai o designou príncipe-regente. Assumiu a chefia do Estado em 13 de novembro de 1989, com a morte do pai. Sob sua liderança, o Principado ingressou, em 1990, nas Nações Unidas (ONU) e, em 1995, na Organização Mundial de Comércio (OMC). Nesse mesmo período, aderiu, em 1991, à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, em inglês).



Príncipe Alois do Liechtenstein
Príncipe Regente

Nascido em 1968 em Zurique. Filho mais velho do príncipe Hans-Adam II e da princesa Marie. É casado com a Princesa Sophie. Possui graduação e mestrado em Direito na Universidade de Salzburgo. Entre setembro de 1993 e maio de 1996, trabalhou no setor financeiro em Londres. Mudou-se, então, para Vaduz, onde passou a ocupar-se da administração dos ativos da família. Em 15 de agosto de 2004, seu pai o designou príncipe-regente.



Brigitte Haas
Primeira-Ministra

Nascida em 1964, em Vaduz. Estudou Administração Pública em Liechtenstein, e graduou-se em Direito na Universidade de Zurique. Entre 2004 e 2019 foi vice-diretora-executiva da Câmara de Indústria e Comércio do Liechtenstein, passando a assumir a função de diretora-executiva de agosto de 2019 até esta data. Foi a candidata do Partido da União Patriótica para o cargo de Primeira-Ministra nas eleições de fevereiro de 2025. A posse ocorreu em 10 de abril de 2025. Junto à função de Ministra de Assuntos Gerais do Governo, acumula a de Ministra das Finanças.



Sabine Monauni
Ministra dos Negócios Estrangeiros, Meio Ambiente e Cultura

Nascida em 1974 em Feldkirch (Áustria), formou-se em Direito na Universidade de St. Gallen e seguiu especialização em Direito Europeu no Collège d'Europe, em Bruges. Entre 2010 e 2014 trabalhou na Autoridade de Supervisão da EFTA, órgão que gerencia os acordos entre a UE e a

EFTA, sediada em Bruxelas. Ao retornar a Vaduz, no mesmo ano de 2014 passou a integrar o Ministério dos Negócios Estrangeiros e, entre 2016 e 2021, foi embaixadora do Principado na Bélgica. Filiada ao Partido Cívico Progressista, foi candidata, nas eleições de 2021, ao cargo de Primeira-Ministra. Com a vitória do Partido da União Patriótica, contudo, passou a ocupar a função de Ministra do Interior, Economia e Meio-Ambiente, que exerceu até fevereiro de 2025.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasília e Vaduz mantêm laços cordiais. Em razão da exiguidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² — área inferior à do Plano Piloto de Brasília), o intercâmbio comercial com o Brasil apresenta níveis modestos. O diálogo político realiza-se por meio das Embaixadas do Brasil em Berna e da Suíça em Brasília, esta representante dos interesses do Principado no território nacional.

Designação como Paraíso Fiscal

A Instrução Normativa 1.037/2010, da Receita Federal do Brasil (RFB), relaciona o Principado de Liechtenstein como paraíso fiscal, por enquadrar-se nos seguintes critérios, estabelecidos em lei específica: imposto de renda de pessoa jurídica inferior a 17%; concessão de vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não residente sem exigência de atividade econômica substantiva; e impossibilidade de acesso a informações relativas a composição societária e titularidade de bens e direitos.

O governo de Liechtenstein reivindica a exclusão do país da lista brasileira de paraísos fiscais, tendo apresentado solicitação formal nesse sentido em 2015. Até o momento, segundo informações disponíveis no posto, o pleito não foi atendido pela RFB.

Assuntos consulares

O Consulado-Geral do Brasil em Zurique é responsável por atender as demandas consulares originárias do território de Liechtenstein. O CG Zurique estima que haja em torno de 100 brasileiros vivendo atualmente em Liechtenstein.

POLÍTICA INTERNA

Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo, enquanto o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de vice-primeiro-ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo Parlamento e confirmado pelo príncipe regente. Os dois principais partidos são o “Cívico Progressista” (FBP) e a “União Patriótica” (VU), ambos de ideologia conservadora e que se alternam há décadas no domínio da cena política local.

O príncipe regente é o chefe de Estado e inaugura a sessão anual do Parlamento no início do ano, na cerimônia da Fala do Trono. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do "Landtag" (Assembleia Nacional), é importante evento político do Principado, no qual se anunciam as grandes linhas que nortearão o Governo.

Em 2003, foi adotada nova Constituição, com concessão de maiores poderes ao príncipe, mediante aprovação popular (64% para o "sim"). O regente acumulou poderes para destituir o governo e vetar leis, passou a ter mais influência na nomeação de juízes e tornou-se imune à jurisdição do tribunal constitucional. Pela primeira vez, de outro lado, os cidadãos receberam a prerrogativa de expressar seu descontentamento com a atuação do príncipe, por meio de convocação de referendo específico.

As eleições de 9 de fevereiro de 2025 foram vencidas pelo Partido da União Patriótica, com 38,3% dos votos (crescimento de 2,4% em relação ao resultado das eleições de 2021), mantendo os dez assentos que já ocupava no "Landtag". O Partido Cívico Progressista obteve 27,48% dos sufrágios (queda de 8,4% comparada a 2021) e passou a contar com apenas sete assentos, contra os dez que possuía. O novo Gabinete foi empossado em 10 de abril, com Brigitte Haas, líder do VU, assumindo o cargo de Ministra de Assuntos Gerais do Governo (equivalente à função de Primeira-Ministra), a qual acumula com a pasta das Finanças. Haas faz história ao tornar-se a primeira mulher na Chefia do Governo do Principado, feito expressivo considerando que apenas em 1984 o país instituiu o direito de voto à população feminina.

Como de praxe, o partido segundo colocado indica o vice-ministro de Assuntos Gerais, posto que incumbiu à diplomata Sabine Monauni, candidata derrotada ao cargo de Primeira-Ministra. Monauni acumula as pastas de Ministra de Assuntos Estrangeiros, Meio Ambiente e Cultura.

O partido Democratas para o Liechtenstein (DpL), de linha conservadora-populista e eurocética, tem se mostrado uma força ascendente, passando dos 11,14% dos votos obtidos em 2021, quando passou a ocupar duas cadeiras, para 23,32%, resultado que lhe garantiu seis assentos na nova composição do "Landtag".

O partido ambientalista de esquerda "Lista Livre" (FL), por sua vez, viu seus 12,6% dos votos obtidos em 2021 reduzirem-se a 10,87%, perdendo um dos três assentos que ocupava.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Liechtenstein propõe-se a fazer uso eficiente de recursos escassos. O orçamento destinado à política exterior permaneceu praticamente constante nos últimos dez anos, e a pequena rede de oito missões diplomáticas do país não sofre alterações desde 2002.

Liechtenstein considera fundamental a manutenção de relações estreitas com seus vizinhos imediatos, Suíça e Áustria. Define, ademais, quatro outros países prioritários para suas relações exteriores: Alemanha, Estados Unidos, Santa Sé e República Tcheca. Outros Estados tornam-se progressivamente mais importantes e incluem, em particular, os componentes do EEE / EFTA (Islândia e Noruega) e membros individuais da UE considerados estratégicos.

Mesmo após o Brexit, a UE deverá permanecer como maior parceiro comercial do país no futuro próximo. Por fazer parte do Espaço Econômico Europeu (EEE), Liechtenstein conforma, ao lado dos Estados-membros da União, área de livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. A importância da relação com a UE é medida, contudo, não só pelas vantagens advindas do mercado único, mas também pelos desafios comuns, que incluem cooperação em fóruns internacionais e apoio na implementação de sanções definidas pelo bloco.

Com a notável exceção do Tratado Aduaneiro com a Suíça, de 1923, os demais pilares da política econômica externa de Liechtenstein – EEE, EFTA e OMC – datam do início dos anos 90, após a morte do príncipe Franz Joseph II e a assunção definitiva à Chefia do Estado de seu filho, o então Príncipe Regente Hans-Adam II.

Na esfera multilateral, além de integrar os diversos organismos do Sistema ONU, Liechtenstein é membro fundador da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e faz parte do Conselho da Europa desde 1978. A participação do país nesses fóruns tem como objetivos principais a proteção e a promoção dos direitos humanos, do estado de direito e do direito internacional. Merecem destaque as contribuições do país à justiça criminal internacional, tema em que o engajamento em favor do Tribunal Penal Internacional (TPI) e do Mecanismo da Síria (IIIM) ganharam notoriedade.

Em 2022, Liechtenstein foi proponente do projeto que resultou na resolução 76/262 da AGNU, conhecido como "veto initiative" que estabeleceu a prática da convocação de reuniões da Assembléia Geral no prazo de até dez dias após recurso ao veto por um ou mais membros permanentes do Conselho de Segurança.

Entre 2023 e 2024, Liechtenstein ocupou a presidência *pro tempore* do Conselho da Europa e teve como pauta direitos humanos, democracia e estado de direito.

ECONOMIA E COMÉRCIO

Durante séculos, Liechtenstein foi relativamente isolado, dependente de seu pequeno setor agrícola e de reduzida produção têxtil para sustentar sua economia. Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, redefiniu-se como sociedade industrial moderna e orientada à exportação.

Desde 1924, Liechtenstein adota o franco suíço (CHF) como moeda oficial. Todas as moedas, cédulas e outros meios de pagamento utilizados na Suíça são reconhecidos como moeda oficial no Principado.

Apesar de seu pequeno tamanho e da falta de recursos naturais, Liechtenstein possui economia próspera, extremamente diversificada, altamente industrializada, com um setor vital de serviços financeiros e um dos mais elevados PIBs “per capita” do mundo, em termos nominais (US\$ 186.400,20 em 2022, conforme dados do Banco Mundial).

O governo enfatiza a visão de que seria falsa a imagem de que o país seria um “paraíso fiscal”, e de que a economia dependeria essencialmente do sistema bancário. O alto valor de seu PIB origina-se, principalmente, do setor de serviços, que responde por 54% do PIB, e da indústria, que representa 41%. O setor de serviços financeiros, individualmente, equivale a 25% do PIB de Liechtenstein. Ao mesmo tempo, é relativamente pequena a contribuição do setor público para a economia nacional.

Após o crescimento negativo em 2022 e 2023, o FMI estima que a produção tenha aumentado 0,5% em 2024. A inflação anual é inferior a 1%. O mercado de trabalho permanece aquecido, com a taxa de desemprego bem abaixo da média da UE. O quadro fiscal de Liechtenstein gera superávits consideráveis, contribuindo para reservas amplas e crescentes. O setor financeiro contribui com cerca de 20% do PIB e os bancos são líquidos e bem capitalizados.

Espera-se que o crescimento do PIB ganhe impulso em 2025. A recuperação da demanda externa por produtos e serviços industriais e o aumento constante dos serviços financeiros devem sustentar o crescimento, que atingirá 1% em 2025. A inflação deve permanecer abaixo de 1. O mercado de trabalho deve permanecer aquecido e sustentar o consumo privado e o crescimento, com o desemprego diminuindo ligeiramente em 2025. No médio prazo, projeta-se que a economia atinja

uma taxa de crescimento potencial de 2% — um pouco abaixo da média de crescimento pré-pandemia de 2,5%.

Um aspecto distintivo de sua economia é a expressiva presença de trabalhadores transfronteiriços, residentes na Suíça e na Áustria, responsável por 55% da força de trabalho do país.

Desde 2003 o Principado passou a implementar legislação contra lavagem de dinheiro e adotou Tratado de Assistência Legal Mútua e de Intercâmbio de Informações Fiscais com os Estados Unidos. Em 2009, a OCDE retirou o país de sua lista de paraísos fiscais não-cooperantes ("OECD's List of Uncooperative Tax Havens"), após adoção da Convenção Multilateral da OCDE sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais.

Em 2011, Liechtenstein aderiu ao Espaço Schengen; em 2015 acordou com a UE medidas de repressão a fraudes e evasão fiscal e, em 2018, iniciou troca de informações fiscais e bancárias com o bloco europeu. Hoje, estão em vigor acordos na área fiscal e/ou sobre dupla tributação com 44 países ou blocos.

Fundo Monetário Internacional

Em 21 de outubro de 2024, o Principado de Liechtenstein tornou-se o 191º membro do FMI, após ter apresentado sua candidatura em maio de 2023. A decisão de ingresso no órgão foi aprovada por referendo popular realizado em 22 de setembro de 2024. A participação do Principado eleva-se a 100 milhões SDR (cerca de US\$ 134,7 milhões).

Comércio Exterior e Estratégias de Inovação Industrial

As exportações de Liechtenstein para o mundo concentram-se em produtos industrializados de médio e pequeno valor agregado: maquinário de pequeno porte; conectores de áudio e de vídeo; peças de motores de automóveis; produtos odontológicos; hardware; alimentos processados; equipamentos eletrônicos e produtos oftalmológicos. Os principais destinos das exportações do Principado são: Alemanha, Estados Unidos, Áustria, Finlândia, Itália, China, Reino Unido, Espanha e Suécia. Entre os produtos mais importados pelo país encontram-se máquinas, subprodutos metálicos, produtos químicos, veículos, móveis, madeira e roupas. Os principais parceiros de importação de Liechtenstein são Alemanha, Áustria, Itália, China, França, Polônia e Holanda.

Merece registro a assinatura, em 18 de fevereiro de 2025, da renovação do acordo bilateral com a Suíça para fortalecer a colaboração no campo da inovação científica. Entre os principais objetivos do programa bilateral estão a promoção de

projetos de alto risco, o apoio a startups através de programas de *coaching* e o incentivo à colaboração entre empresas e instituições de pesquisa, tanto na Suíça quanto em Liechtenstein. De modo geral, a estratégia do Principado para alavancar projetos de inovação espelha o modelo suíço. Contudo, por se constituir num importante centro financeiro, desenvolve programas voltados para startups nas áreas de *fintech*, *insurtech*, *proptech* e *legaltech*, com acesso a "*seed money*" e consultoria especializada.

Comércio bilateral

Apesar de superavitário, o fluxo de comércio com o Brasil é limitado pelo tamanho de seu mercado interno e pelas vantagens comerciais e logísticas de que desfrutam seus parceiros europeus. Em 2024 as exportações brasileiras alcançaram US\$ 13,5 milhões, e as importações do Principado montaram a US\$ 8,5 milhões, com saldo de US\$ 5 milhões favoráveis ao Brasil.

Óleos combustíveis de petróleo responderam por 94% dos embarques brasileiros em 2024, enquanto que as importações do Brasil se distribuíram entre artigos manufaturados diversos (29%), medicamentos e produtos farmacêuticos (26%), e equipamento mecânico para manuseio, elevação, guinchos e suas partes (13%).

No primeiro trimestre de 2025, as exportações brasileiras, com receitas de US\$ 2,4 milhões, continuam concentradas em óleos combustíveis de petróleo (93%), enquanto que as importações apresentam ligeira variação percentual: medicamentos e produtos farmacêuticos (26%), artigos manufaturados diversos (26%) e equipamento mecânico para manuseio, elevação, guinchos e suas partes (22%).

A dependência da pauta exportadora brasileira em relação a uma só "commodity" permanece como o principal desafio a ser superado para se procurar equilibrar o intercâmbio comercial bilateral. Nesse sentido, espera-se que a projetada conclusão do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA - integrada por Noruega, Islândia e Liechtenstein, além da Suíça) possa contribuir para a abertura de novas oportunidades comerciais e para a necessária diversificação da pauta de exportações brasileiras.

O Principado de Liechtenstein ocupa a 45ª posição dentre os principais investidores estrangeiros no Brasil, segundo relatório do BCB, com estoques de US\$ 77 milhões no final de 2023.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1719 – Estabelecimento do Principado de Liechtenstein.
1806 – Independência do Principado, que passa a integrar a Confederação do Reno.
1815 – Integra a Confederação Germânica.
1862 – Independência da Confederação Germânica.
1868 – Abolição das forças militares nacionais.
1923 – União aduaneira com a Suíça.
1924 – Adoção do franco suíço como moeda nacional.
1970 – Vitória eleitoral da União Patriótica (VU) põe fim a 42 anos de domínio do Partido dos Cidadãos Progressistas de Liechtenstein (FBPL).
1978 – Adesão ao Conselho da Europa.
1989 – Príncipe regente Hans-Adam II assume o trono.
1990 – Adesão às Nações Unidas.
1991 – Adesão à Associação Europeia de Livre-Comércio.
1994 – Adesão ao GATT
1995 – Adesão à OMC e ao EEE.
2003 – Atual Constituição entra em vigor.
2004 – Hans-Adam II aponta seu filho mais velho, o príncipe herdeiro Alois de Liechtenstein, como seu representante permanente, a fim de prepará-lo para suceder-lhe no trono.
2011 – Adesão ao Espaço Schengen.
2017 – FBPL obteve o maior número de assentos nas eleições parlamentares.
2022 – Adesão pela ONU da resolução 76/262 da AGNU, iniciativa do Liechtenstein.
2023 – Assunção da presidência <i>pro tempore</i> do Conselho da Europa.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948 – Brasil e Liechtenstein alcançam entendimento sobre dispensa de visto para turistas.

1993 – Designação do primeiro Embaixador cumulativo do Brasil em Liechtenstein, José Olympio Rache de Almeida.

ACORDOS BILATERAIS

Há o entendimento acordado em 1948, e ainda em vigor, sobre dispensa de visto para turistas.